



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

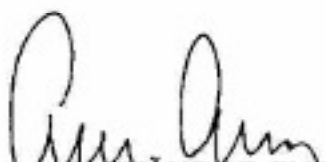
Redação Final ao Projeto de Lei nº 479/2013
(Autoria do Deputado Elio Rusch)

Concessão de Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Helena.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Helena.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

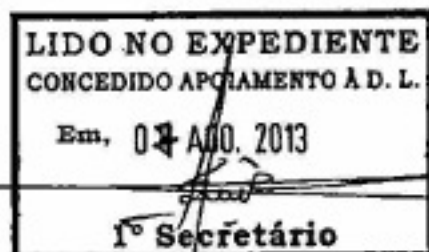

Paulo Roberto


Elio Rusch



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 347/13

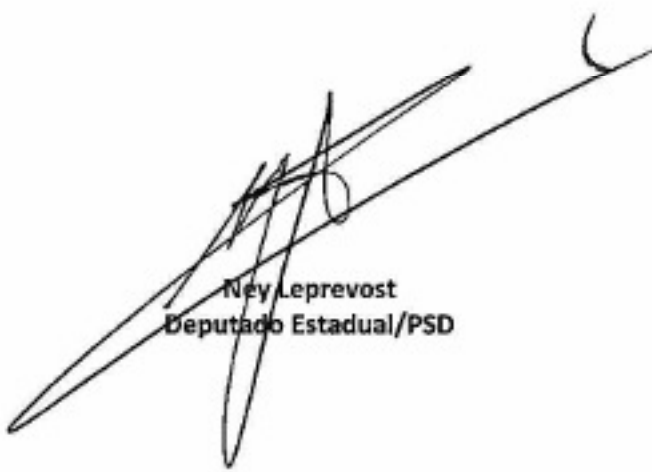
Ementa: "Institui o Dia da Conscientização do Mutismo Seletivo."

Art. 1º - Fica instituído o Dia da Conscientização do Mutismo Seletivo, a ser celebrado anualmente no dia 31 de outubro.

Parágrafo único. A data instituída no artigo 1º passa a integrar o Calendário de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de julho de 2013.


Ney Leprevost
Deputado Estadual/PSD

14556 07/08/2013 086797 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Mutismo seletivo ou **'Mutismo eletivo** é um transtorno psicológico caracterizado pela recusa em falar em determinadas situações, mas em que o indivíduo consegue falar em outras. Geralmente envolve crianças tímidas, introvertidas e ansiosas que falam apenas com algum ou ambos pais ou com outras crianças e animais, mas não falam com adultos (como professores, médicos, dentistas, outros familiares e desconhecidos). A frequência não varia muito com o gênero, mas é mais comum em meninas. Em adultos é mais comum que sejam diagnosticados com fobia social.

Há anos, pais e crianças sofrem com a falta de diagnóstico e tratamento específico para este distúrbio no Brasil, uma vez que o mesmo tem a particularidade de ser confundido com o autismo ou com a Síndrome de Asperger, sendo necessário e impreterível, um diagnóstico diferencial e tratamentos adequados, para estas crianças e seus familiares.

Existe a necessidade urgente de que educadores de redes municipais, estaduais e escolas particulares recebam treinamento adequado para a realização de um diagnóstico inicial, dando a oportunidade a estas crianças de receber o tratamento adequado.

Para que haja um maior conhecimento sobre esta Síndrome é que apresentamos este projeto de lei, sugerindo que seja instituído o dia do Mutismo Seletivo, em 31 de outubro, conforme foi instituído nos Estados Unidos. (Acredita-se que a escolha da data, remete ao Dia das Bruxas, por ser este, o feriado americano marcado pelo costume de crianças baterem a porta de estranhos, conversar com eles, a procura de doces como manda a tradição).

Para que as crianças acometidas desta síndrome tenham a oportunidade de tratar-se adequadamente e curar-se da doença é que pedimos o apoio dos nobres pares.

Deputado Estadual Ney Leprevost

Líder da Frente Estadual da Saúde e Cidadania
Presidente da Comissão de Esportes





PARECER AO PROJETO DE LEI 347/2013

Projeto de Lei nº. 347/2013

Autor: Deputado Ney Leprevost.

Súmula: Institui o Dia da Conscientização do Mutismo Seletivo.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DO MUTISMO SELETIVO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia de Conscientização do Mutismo Seletivo.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:



I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR N° 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões 22 de abril de 2014.

Dep. Nelson Justus

Presidente em exercício

Dep. Pr. Edson Praczyk

Relator

Dep. Tadeu
Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

APROVADO

23/04/14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 08 OUT. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 489/13

Declara de Utilidade Pública a CASA REDENTOR, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a CASA REDENTOR, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de outubro de 2013.

**PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº.

Declara de Utilidade Pública a CASA REDENTOR, com sede e foro no município de Curitiba.

JUSTIFICATIVA

A Casa Redentor consiste em uma entidade com fins sociais, com sede e foro no Município de Curitiba, situada na Rua Vieira Cavalcanti nº50, Bairro São Francisco.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos que atende pessoas que estão em situação de rua visando a sua reestruturação familiar e social, que atua recebendo moradores de rua desde 2004, sem nenhum caráter político partidário, religioso, racial, de forma que seus Dirigentes, Colaboradores, Conselheiros e Associados não possuem nenhuma forma de remuneração conforme constam nas certidões registradas em cartório, de acordo com a exigência da Lei.

Suas finalidades e objetivos são a promoção integral do adulto morador de rua em risco pessoal e social e de sua família, para isso a Casa Redentor visa:

- Atender as necessidades imediatas das pessoas que os procuram, com: alimentação, banho e vestuário;
- Promover a pessoa em sua integridade, ou seja, levar em conta as necessidades físicas, emocionais, espirituais, sócio econômicas e sociais;
- Proporcionar um ambiente seguro, de paz e silêncio;
- Estimular a reflexão e uma autoimagem positiva;
- Hospedar na casa aqueles que estão recuperando sua dignidade;
- Encaminhar estas pessoas para estudo e curso profissionalizante.

Não possui pendências judiciais e nem no Tribunal de Contas, conforme certidões em anexo.

Desta forma, propomos sua aprovação e pedimos o apoio dos demais parlamentares.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 489/2013

Projeto de Lei nº. 489/2013
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Casa Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Casa Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênera.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



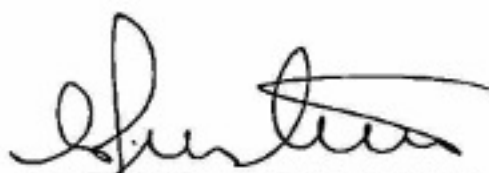
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR *Hermas Jr*


Dep. Pichies
Zenaid
Dep. Colli


Dep. Turiani


Dep. Walter
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

27/05/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 489/2013


De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 489/2013, passa a contar com a seguinte redação:

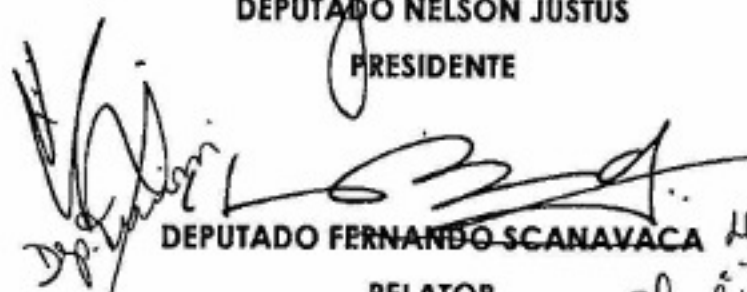
SÚMULA - *Declara de Utilidade Pública a Casa Redentor, com sede no Município de Curitiba e foro central da Comarca da região Metropolitana de Curitiba.*

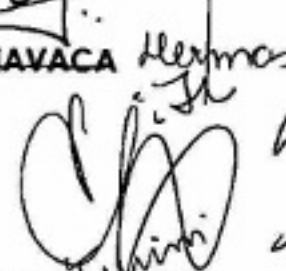
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Casa Redentor**, com sede no Município de Curitiba e foro central da Comarca da região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

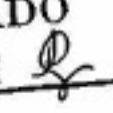
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.






Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

27/05/14 






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

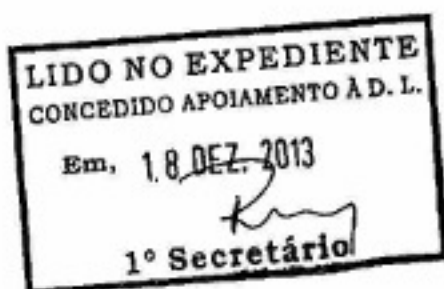
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI

804/13




SÚMULA: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Projeto Vozes do Coração", Livro de poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, evento realizado anualmente no mês de dezembro, Coordenado pelo Colégio Estadual Chateaubriand, do Município de Assis Chateaubriand.

Art. 1º Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Projeto Vozes do Coração", Livro de poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, evento realizado anualmente no mês de dezembro, Coordenado pelo Colégio Estadual Chateaubriand, do Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2013.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

15:23 18/12/2013 011161 DP REGISTRO LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



JUSTIFICATIVA

Projeto Vozes do Coração é um livro de poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. Este projeto nasceu após um trabalho feito com o estudo de textos poéticos em sala de aula no ano de 1999, em uma turma do "Magistério", hoje denominado Formação de Docentes. Era uma turma de segundo ano, que após apresentarem e lerem seus poemas em sala, vendo a qualidade dos mesmos e a emoção revelada neles, surgiu à ideia dos alunos, coordenado pela professora Ana Lucia Santolini da Silva, de publicar tais obras, transformando em um livro de poesias. A turma levou a Direção da época, professor Valdomiro Peraçoli, obteve total apoio para colocar em prática o projeto. Foi estendido o convite para as outras turmas, funcionários e professores da escola e teve uma participação, preenchendo assim 160 páginas de pura arte. Após o primeiro volume, veio o segundo e hoje esta no sexto volume. Foram enfrentados alguns percalços neste período, e ficaram alguns anos sem lançamento, mas agora retornou, e recentemente foi lançado sua VI edição, e faz um enorme sucesso.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 804/2013

Projeto de Lei nº. 804/2013

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Projeto Vozes do Coração, livro de poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, evento realizado anualmente no mês de dezembro, coordenado pelo Colégio Estadual Chateaubriand, do Município de Assis Chateaubriand.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O PROJETO VOZES DO CORAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Projeto Vozes do Coração, livro de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar do Município de Assis Chateaubriand.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 29 DE ABRIL de 2014.

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. TADEU VENERI
Relator

APROVADO

28.04.14